

**13 - 03 | 2026**

RESILIÊNCIA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AGÊNCIA FEMININA: UMA ANÁLISE DECOLONIAL DA DIGITALIZAÇÃO EM ANGOLA

Resilience, Artificial Intelligence and Female Agency: A Decolonial Analysis of Digitalisation in Angola

Resiliencia, Inteligencia Artificial y Agencia Femenina: Un Análisis Decolonial de la Digitalización en Angola

Alzira Diogo Machado¹

¹Doutoranda em Estudos Africanos- ISCTE-IUL, Portugal, <https://orcid.org/0009-0003-3208-4261>, E-mail: alzira.mac@sapo.pt

Autor para correspondência: alzira.mac@sapo.pt

Data de recepção: 28-02-2026

Data de aceitação: 01-03-2026

Data da Publicação: 13-03-2026

Como citar este artigo: Machado, A. D. (2026). *Resiliência, Inteligência Artificial e Agência Feminina: uma análise decolonial da digitalização em Angola*. ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(11), pp. 312-324. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/15>

RESUMO

A economia angolana atravessa um processo de digitalização crescente, frequentemente apresentado como um vetor de modernização e resiliência económica. Este artigo questiona se as ferramentas digitais promovem uma transformação estrutural no poder económico das mulheres angolanas ou se apenas otimizam a sua inserção num sistema que permanece desigual. Partindo de uma metodologia de pesquisa documental e de revisão sistemática da literatura, a análise cruza dados estatísticos de organismos internacionais com quadros teóricos do feminismo africano decolonial, nomeadamente o Nego-feminism de Nnaemeka (2004), o Stiwanism de Ogundipe-Leslie (1994) e as críticas de Oyèwùmí (1997) às categorias ocidentais de organização social. Os resultados evidenciam que, embora ferramentas como o WhatsApp, o Mobile Money e o AfriGPT ampliem a capacidade de ação das mulheres na

economia informal, este ganho operacional não altera as condições estruturais de acesso ao crédito, à proteção social e ao reconhecimento institucional. O caso das zungueiras ilustra este paradoxo: a visibilidade digital coexiste com a precariedade estrutural e com a invisibilidade algorítmica produzida por sistemas concebidos segundo parâmetros formais alheios às lógicas económicas africanas. Conclui-se que a digitalização em Angola opera sob um paradigma de eficiência sem transformação, e que modelos de crescimento verdadeiramente resilientes exigem políticas públicas que valorizem a informalidade e desconstruam hierarquias documentais.

Palavras-chave: digitalização, agência feminina, economia informal, decolonialidade, Angola, informalidade algorítmica.

ABSTRACT

Angola's economy is undergoing rapid digitalization, often presented as a driver of modernization and economic resilience. This article examines whether digital tools promote structural transformation in the economic power of Angolan women or merely optimize their insertion into a persistently unequal system. Drawing on documentary research and a systematic literature review, the analysis combines statistical data from international organizations with theoretical frameworks from decolonial African feminism, namely Nnaemeka's Nego-feminism (2004), Ogundipe-Leslie's Stiwanism (1994), and Oyěwùmí's critique (1997) of Western categories of social organization. The findings show that tools such as WhatsApp, Mobile Money, and AfriGPT expand women's capacity for action in the informal economy, yet these operational gains do not alter the structural conditions governing access to credit, social protection, and institutional recognition. The case of the *zungueiras* illustrates this paradox: digital visibility coexists with structural precarity and algorithmic invisibility produced by systems built on formal parameters foreign to African economic logics. It is concluded that digitalization in Angola operates under a paradigm of efficiency without transformation, and that truly resilient growth models require public policies that value informality and dismantle documentary hierarchies.

Keywords: digitalization, female agency, informal economy, decoloniality, Angola, algorithmic informality.

RESUMEN

La economía angoleña atraviesa un proceso de digitalización creciente, a menudo presentado como un vector de modernización y de resiliencia económica. Este artículo cuestiona si las herramientas digitales promueven una transformación estructural del poder económico de las mujeres angoleñas o si, únicamente, optimizan su inserción en un sistema que permanece desigual. A partir de una metodología

de investigación documental y de revisión sistemática de la literatura, el análisis cruza datos estadísticos de organismos internacionales con marcos teóricos del feminismo africano decolonial, concretamente el Nego-feminism de Nnaemeka (2004), el Stiwanism de Ogundipe-Leslie (1994) y las críticas de Oyěwùmí (1997) a las categorías occidentales de organización social. Los resultados muestran que, aunque herramientas como WhatsApp, Mobile Money y AfriGPT amplían la capacidad de acción de las mujeres en la economía informal, este avance operativo no altera las condiciones estructurales de acceso al crédito, a la protección social y al reconocimiento institucional. El caso de las *zungueiras* ilustra esta paradoja: la visibilidad digital coexiste con la precariedad estructural y la invisibilidad algorítmica, producida por sistemas diseñados según parámetros formales ajenos a las lógicas económicas africanas. Se concluye que la digitalización en Angola opera bajo un paradigma de eficiencia sin transformación, y que modelos de crecimiento verdaderamente resilientes exigen políticas públicas que valoricen la informalidad y deconstruyan las jerarquías documentales.

Palabras clave: digitalización, agencia femenina, economía informal, decolonialidad, Angola, informalidad algorítmica.

Contribuição de autoria (por autor):

A conceção deste artigo advém da articulação entre a experiência profissional da autora e a sua investigação doutoral em curso sobre feminismos africanos, com foco em Angola. A observação das práticas económicas femininas, particularmente no âmbito da informalidade, motivou a questão central do estudo: a digitalização promove uma transformação estrutural ou apenas otimiza desigualdades existentes?

O principal contributo deste artigo reside na proposta de uma leitura crítica da digitalização em Angola. Argumenta-se que o aumento da capacidade operacional das mulheres na economia informal não se traduz automaticamente em reconhecimento institucional ou em alterações das condições

estruturais de acesso ao crédito, à proteção social e à formalização económica. Adicionalmente, o artigo reflete sobre os limites dos sistemas digitais na interpretação de práticas económicas assentes em redes de confiança. Evidencia-se que determinados critérios de validação e reconhecimento podem excluir formas de organização que não se enquadram nos modelos formais dominantes. A autora foi responsável pela revisão da literatura, pela análise crítica das fontes documentais e pela redação integral do artigo, utilizando o Acordo ortográfico de Portugal.

INTRODUÇÃO

A economia mundial, atualmente, atravessa uma transformação estrutural marcada pela digitalização, pela circulação intensiva de dados e pela incorporação crescente da inteligência artificial nos processos de produção, distribuição e consumo. Ao observarmos os países lusófonos, verificamos que este processo é frequentemente apresentado como um caminho tanto para a modernização económica como para o aumento da competitividade e, por conseguinte, para o reforço da resiliência dos sistemas produtivos. Neste sentido, a digitalização globaliza a inovação e o empreendedorismo, superando algumas limitações dos mercados locais. Angola insere-se nesta narrativa de forma particular. Segundo o African Development Bank (AfDB, 2024), o crescimento do PIB passou de 1% em 2023 para 4,5% em 2024, interpretado como um sinal de reconfiguração económica e de abertura a novos modelos de desenvolvimento. Neste sentido, o AfDB (2024), enquadra este crescimento no contexto da reconfiguração económica em curso no país, ainda que sem tradução direta nas condições de vida da maioria da população. Conquanto este artigo parta da

premissa de que a questão central não é a digitalização em si, mas o modo como esta se articula com as desigualdades pré-existentes, particularmente entre mulheres e homens, em termos de classe e de acesso ao reconhecimento institucional. A digitalização não é aqui compreendida como a mera incorporação de dispositivos técnicos. Alinhando-nos à perspetiva de Anwar e Graham (2022), entendemos este fenómeno como um processo social e económico que reorganiza as formas de transação, os fluxos de pagamento e o acesso a recursos, reconfigurando as dinâmicas de poder e de trabalho no contexto africano. Deste modo, importa questionarmos se as ferramentas digitais estão de facto a transformar o poder económico das mulheres angolanas ou se apenas estão a tornar mais eficiente a sua inserção num sistema que continua a funcionar de forma desigual. A distinção entre transformação e eficiência é central nesta análise. De acordo com o Inquérito ao Emprego em Angola (INE, 2025), a maioria das mulheres em idade ativa desenvolve a sua atividade económica fora do sistema formal, com taxas de emprego informal feminino a ultrapassar os 85% a nível nacional, face a 72% entre os homens. Este dado evidencia que a maioria das mulheres não está excluída da economia; pelo contrário, está inserida por meio de processos invisíveis que escapam à tributação e ao crédito formal. Conforme sustenta Meagher (2010), a informalidade não deve ser interpretada como ausência de trabalho, mas como uma lógica específica de organização baseada em redes de confiança e na circulação rápida de recursos. É, precisamente, nesta interseção que as ferramentas digitais passam a operar. Sob esta perspetiva, as práticas como o uso do WhatsApp em vendas, do *Mobile Money*, do

AfriGPT e de redes informais de informação, em Angola, ilustram a apropriação tecnológica com base em necessidades concretas. Assim, evidencia uma agência em que os usos da tecnologia refletem estratégias de sobrevivência, e não uma mera adesão à modernidade. Embora a tecnologia amplie a capacidade de resposta das mulheres, seu impacto é limitado pela persistente exclusão de direitos estruturais, como o acesso ao crédito e à proteção social. Um exemplo paradigmático são as zungueiras, cuja presença económica é estrutural nas zonas urbanas angolanas. Estas constituem uma força de circulação de bens que depende da mobilidade e da rapidez das transações. Contudo, como demonstram Lopes (2006) e Anwar & Graham (2022), embora utilizem o digital para coordenar apoio coletivo e documentar abusos, esta visibilidade tecnológica não resolve a precariedade estrutural. Pelo contrário, produz uma eficiência que, na prática, mantém inalterada a sua posição de marginalidade social. A experiência das zungueiras exemplifica a necessidade de uma lente analítica que sobrepuje o binarismo entre inclusão e exclusão. Ao recorrer às teorias do pensamento feminista africano, nomeadamente o Nego-feminism (Nnaemeka, 2004) e o Stiwanism (Ogundipe-Leslie, 1994), articuladas com as críticas de Oyěwùmí (1997) e de Anwar e Graham (2022), este artigo espelha as complexas dinâmicas de agência e resistência. Nesta perspetiva, o fenómeno digital angolano situa-se num campo de disputa em que a adaptação tecnológica coexiste com a reprodução de desigualdades históricas. Assim, a distinção entre inclusão técnica e transformação social constitui o cerne desta análise. Para tal, adotamos a metodologia de

pesquisa documental, analisando como a literatura e as fontes institucionais selecionadas registam o impacto das ferramentas digitais sobre o poder económico das mulheres angolanas. Esta opção metodológica justifica-se pelo facto de a investigação documental permitir a “reconstituição e análise de fenómenos sociais a partir de registos que não foram produzidos com finalidade investigativa” (Sá-Silva et al., 2009), oferecendo uma base empírica para discutir se a digitalização promove uma transformação estrutural ou se apenas otimiza práticas marcadas pela informalidade. Argumenta-se que, no contexto angolano, a digitalização tende a produzir ganhos de eficiência nas práticas económicas sem que tal se traduza numa transformação estrutural das condições de desigualdade.

1.1 Enquadramento Teórico: Diálogos Decoloniais

1.1.1 Nota Conceptual sobre Digitalização

Antes de iniciar o enquadramento teórico, importa clarificar o sentido em que o conceito de digitalização é utilizado neste artigo. De acordo com Selwyn (2019), a digitalização deve ser compreendida como um processo intrinsecamente social e político, reconhecendo que o seu impacto depende das estruturas sociais em que se insere. Esta perspetiva conceptualiza a digitalização como um conceito que abrange, pelo menos, três dimensões interdependentes: a adoção quotidiana de ferramentas digitais por atores económicos informais (como o uso do WhatsApp e do Mobile Money); a implementação de políticas públicas e de infraestruturas digitais; e a crescente mediação do acesso ao crédito e à logística por sistemas de inteligência artificial. Nesta



perspetiva, Heeks (2018) argumenta que a “digitalidade” no contexto do desenvolvimento implica uma reconfiguração das estruturas de poder que moldam a inclusão e a exclusão económica, evitando, assim, uma leitura tecnicista do fenómeno. Em Angola, as ferramentas digitais não operam num vazio institucional, mas num cenário marcado pela informalidade, por disparidades entre homens e mulheres e pelo fraco reconhecimento efetivo das práticas económicas femininas. Quando uma vendedora utiliza o dispositivo móvel para coordenar encomendas e pagamentos, não se trata apenas de uma adoção tecnológica, mas sim de uma reorganização da sua inserção económica perante limites materiais e institucionais concretos. Deste modo, a digitalização atua como um recurso de agilidade e visibilidade produtiva, ao mesmo tempo que reconfigura dependências sociais. Utilizar o termo de forma acrítica ocultaria as relações de poder que atravessam estes processos. Seguidamente, abordaremos o Nego-feminismo e a pragmática da negociação, com o objetivo de analisar como as mulheres angolanas utilizam a tecnologia não como um ato de ruptura radical, mas como uma ferramenta de negociação estratégica perante as estruturas de poder existentes.

1.2 Nego-feminism e a Pragmática da Negociação

Obioma Nnaemeka (2004) propõe o Nego-feminism como um feminismo de negociação, de “ausência de ego”, ancorado em epistemologias africanas e centrado na capacidade estratégica das mulheres em contextos de assimetria. Propõe que a ação feminina em África não deva ser interpretada exclusivamente por meio de categorias

políticas ocidentais, mas sim por práticas concretas de sobrevivência, mediação e adaptação. Assim, a negociação não pressupõe passividade ou acomodação, mas sim uma forma de agência que, reconhecendo a hostilidade das estruturas, procura operar dentro delas com margem de manobra. Contudo, a ênfase na negociação não elimina os limites estruturais desta agência, na medida em que operar dentro do sistema não implica, necessariamente, a sua transformação. No contexto angolano, esta perspetiva permite compreender que a adoção do digital não resulta de uma adesão abstrata a um projeto de modernização tecnológica, mas de uma negociação pragmática de espaços possíveis face à informalidade económica e à ausência de proteção institucional. Deste modo, o recurso ao WhatsApp, ao Facebook e a outras redes sociais para a divulgação de produtos, gestão de encomendas e contacto com fornecedores permite a estas mulheres operar sem endereço fixo, licença comercial ou conta bancária: requisitos do sistema formal que lhes são frequentemente negados. Um exemplo paradigmático desta negociação é a visibilidade controlada. Enquanto no mercado formal a visibilidade exige registo fiscal e inserção bancária, no mercado informal a visibilidade digital traduz-se na capacidade de circulação, de presença comercial e de resposta rápida à procura. As mulheres que utilizam estas ferramentas não se tornam, em regra, empresárias no sentido convencional; constroem, antes, formas alternativas de presença económica. Um segundo exemplo prende-se à solidariedade digitalizada. Desta forma, as redes informais de confiança, frequentemente baseadas em relações de parentesco, vizinhança e amizade, não desaparecem com a digitalização; pelo

contrário, são ampliadas por ela. Um segundo exemplo: os sistemas de kixikila⁹ passam a ser coordenados em grupos de WhatsApp, o que aumenta a rapidez da transação, alarga o alcance geográfico e permite manter relações económicas para além da proximidade física imediata. Aqui, a tecnologia não substitui a lógica social da confiança, mas serve para se reorganizar. Conforme sustenta Lopes (2006), a digitalização no contexto angolano pode reforçar práticas comunitárias pré-existentes sem, necessariamente, alterar a sua base estrutural. Um terceiro registo centra-se na resistência quotidiana. As zungueiras ocupam uma posição central na economia urbana angolana, embora permaneçam sujeitas à repressão, à apreensão de mercadorias e à deslegitimação pública. Neste cenário, a tecnologia funciona como um instrumento de registo de abusos, de comunicação em tempo real com redes de apoio e de coordenação de respostas coletivas. Estes usos do digital, embora omitidos pelas estatísticas convencionais de acesso à Internet, constituem práticas concretas de exercício de poder e de proteção, o que Scott (1985) define como “formas de resistência quotidiana”. O Nego-feminismo permite, assim, compreender a eficácia destas negociações, sem que isso implique automaticamente uma transformação das estruturas de opressão. No entanto, o facto de as mulheres conseguirem negociar com o sistema não significa que este deixe de ser desigual. É precisamente essa distinção que o Stiwanism de Molar Ogundipe-Leslie torna visível, que iremos abordar seguidamente.

⁹ Sistema consuetudinário de poupança e crédito rotativo assente em redes de solidariedade e confiança mútua. Os participantes contribuem com quotas periódicas, sendo o montante total atribuído a um membro por ciclo. Na economia informal angolana,

1.3 Stiwanism e a Transformação Social

Molar Ogundipe-Leslie (1994) apresenta o Stiwanism como um acrónimo de Social Transformation Including Women in África e como um quadro teórico que exige uma transformação social profunda, recusando a mera integração das mulheres num sistema previamente definido por estruturas de dominação masculina e colonial. A autora identifica as “seis montanhas” como barreiras estruturais que condicionam a vida das mulheres africanas: a herança colonial, a pobreza material, o patriarcado, a carência de educação, a fraca representação política e a interiorização de hierarquias sociais. Esta formulação revela-se particularmente útil no contexto angolano, pois permite demonstrar que a digitalização não opera sobre um terreno neutro, mas em um espaço estruturado por desigualdades persistentes, conforme documentado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2025). Um primeiro exemplo reside no acesso ao crédito e aos serviços financeiros. Esta exclusão, contudo, transcende a dimensão técnica e assume carácter estrutural. No contexto da economia informal, o acesso ao microcrédito permanece vedado a muitas mulheres devido à ausência de documentação atualizada, de títulos de propriedade ou de historial bancário. A digitalização destes serviços não elimina tais obstáculos; pelo contrário, tende a reorganizá-los segundo uma lógica algorítmica, uma vez que os sistemas de avaliação de crédito mantêm a exigência de provas documentais de solvência que não se coadunam com as formas reais de sobrevivência económica. O

esta prática tem sido transposta para o ambiente digital, potenciando a celeridade e o alcance das trocas sem prescindir do capital social como garantia (Lopes, 2006).



Banco Mundial (2025) assinalou que as mulheres e os idosos são particularmente afetados pela falta de acesso a serviços financeiros digitais em Angola, sublinhando que os agregados familiares nacionais apresentam níveis de inclusão inferiores à média da região. O caso da zungueira que usa o Mobile Money para gerir o negócio é ilustrativo. A tecnologia permite-lhe realizar pagamentos, transferências e pequenos ciclos de transação com maior rapidez, mas não lhe dá automaticamente acesso ao sistema bancário formal, nem a protege da precariedade do rendimento diário. O seu trabalho pode tornar-se mais eficiente, mas continua a ser avaliado segundo critérios que não reconhecem a sua própria lógica económica. Em termos stiwanistas, a inclusão digital, sem transformação das regras institucionais, produz apenas uma integração mais rápida numa estrutura que continua a não reconhecer plenamente estas mulheres como sujeitos económicos. A lógica stiwanista evidencia, assim, que a inclusão técnica, desacompanhada de transformação institucional, reconfigura a desigualdade sem a resolver. A tecnologia pode potenciar a capacidade de atuação das mulheres, contudo, não altera, por si só, a estrutura de acesso à terra, ao crédito, à proteção social ou à representação política. Em vez de mitigar a precariedade, a digitalização pode torná-la mais eficiente e, simultaneamente, menos visível. Seguidamente, abordaremos as críticas de Oyèwùmí (1997) relativas ao trabalho e à organização social, com o objetivo de desconstruir as categorias ocidentais de “formal” e “informal” que

invisibilizam as lógicas económicas africanas, analisando como estas premissas ocidentais condicionam o reconhecimento institucional das mulheres angolanas. Neste sentido, propõe-se a noção de “invisibilidade algorítmica” para descrever situações em que os sistemas digitais reproduzem critérios de reconhecimento que excluem práticas económicas não formais.

1.4 A Crítica de Oyewumi ao Trabalho e à Organização Social

Oyeronke Oyewumi (1997), em *The Invention of Women*, demonstra que as categorias ocidentais de organização social e de classificação do trabalho não são universais e que a sua aplicação às sociedades africanas resulta de um processo histórico de imposição colonial do conhecimento. A autora mostra que a organização social iorubá¹⁰, por exemplo, não se estruturava originalmente segundo os mesmos binários que se tornaram centrais na modernidade ocidental. Esta crítica é relevante para o caso angolano porque permite questionar as formas como os sistemas digitais classificam, medem e legitimam a atividade económica das mulheres. Esta classificação evidencia-se com clareza no domínio da avaliação de crédito, onde as limitações dos sistemas vigentes se tornam evidentes. Diversas plataformas de microfinanciamento digital operam com critérios que privilegiam o historial bancário, o endereço fixo, o rendimento formal e a documentação verificável; parâmetros alheios às práticas económicas da maioria das mulheres angolanas. A zungueira que coordena

¹⁰ Diferente do modelo ocidental, a organização iorubá pré-colonial era estruturada pela senioridade relativa e não pelo género. Segundo Oyèwùmí (1997), as categorias “homem” e “mulher” são construções

coloniais aplicadas a uma sociedade onde o status dependia da linhagem e da idade, e não de distinções biológicas.

múltiplas transações diárias via plataformas digitais, integrando sistemas rotativos de crédito e cumprindo rigorosamente os compromissos na sua rede de confiança, permanece classificada como carente de historial de crédito perante sistemas algorítmicos. Conforme a perspetiva de Oyěwùmí (1997), o entrave não reside meramente na exclusão do sujeito, mas na incapacidade ontológica do sistema de interpretar gramáticas económicas não formais. A tecnologia, nestes modelos, acaba por codificar e automatizar a invisibilidade de formas de organização que não se enquadram nos modelos ocidentais de produtividade. Esta questão acentua-se ao analisar os sistemas de reconhecimento facial e de verificação de identidade em plataformas como a Mobile Money e serviços públicos digitais. A investigação sobre enviesamento algorítmico demonstra que estes sistemas apresentam taxas de erro superiores quando aplicados a mulheres negras, sobretudo em condições de iluminação precária ou com o uso de dispositivos de menor qualidade técnica (Buolamwini & Gebru, 2018). No cerne da análise reside o facto de que, num contexto em que a maioria das utilizadoras é composta por mulheres negras com acesso limitado à tecnologia de ponta, esta barreira deixa de ser abstrata e materializa-se numa exclusão. Assim, o objeto em análise revela que a tecnologia, em vez de democratizar o acesso, pode bloquear a autenticação e inviabilizar o uso de serviços financeiros ou administrativos essenciais. Nesta perspetiva, o design tecnológico não é neutro, configurando-se como um processo político que envolve escolhas sobre visibilidade, reconhecimento e exclusão. Oyěwùmí (1997) permite compreender que o entrave não reside apenas na ausência das mulheres no sistema,

mas também no facto de este ter sido edificado sem considerar as diferenças e de reproduzir essa omissão em formato digital. Seguidamente, abordaremos as perspetivas de Anwar e Graham (2022) relativas à digitalização em África, com o objetivo de evidenciar que as assimetrias vividas pelas zungueiras em Luanda são o reflexo de uma geografia digital desigual, na qual a inovação é desenhada nos centros globais, sem considerar as realidades do Sul Global.

1.5 Anwar e Graham e a Digitalização em África

Mohammad Amir Anwar e Mark Graham (2022) demonstram que a digitalização permitiu a integração de África em redes globais de produção sob condições de profunda assimetria. Os autores sustentam que, embora os trabalhadores africanos ocupem uma posição central no capitalismo digital, a natureza desta economia torna o trabalho fragmentado e precário. A principal contribuição desta análise reside na recusa do determinismo tecnológico, ao questionar a premissa de que a entrada de África no universo digital resulte automaticamente em desenvolvimento ou na redistribuição de valor. No contexto angolano, este argumento permite interpretar as ferramentas digitais não apenas como canais de acesso, mas também como espaços de disputa. Nesta linha de pensamento, o uso do WhatsApp ou do Mobile Money amplia a capacidade de ação individual; contudo, isso ocorre dentro de ecossistemas estruturados por relações de poder desiguais. Por exemplo, no caso de um pescador que utiliza estas ferramentas para comercializar o seu produto, a tecnologia permite-lhe agilizar as vendas e reduzir os custos de transação ao contactar diretamente os compradores. Todavia, tal agilidade não



altera a sua posição na cadeia de valor, mantendo-se sujeito aos preços impostos por grandes revendedores. Conforme teoriza Heeks (2022), este fenómeno ilustra a incorporação digital adversa, em que a inclusão tecnológica coexiste com a extração de valor por agentes com maior capital, impedindo que a eficiência técnica se traduza em redistribuição de lucro ou em mudança estrutural. Soluções como o AfriGPT (IA via SMS) exemplificam esta tensão: ao contornar a escassez de infraestrutura de internet, permitem a gestão de clientes e a antecipação da procura em tempo real, revelando uma agência capaz de transformar limitações técnicas em oportunidades estratégicas. Contudo, esta visibilidade digital coexiste com a dependência de plataformas externas e a ausência de proteção institucional. Esta leitura evita duas simplificações: assumir a digitalização como inerentemente emancipadora ou tratar as mulheres angolanas como meras vítimas passivas. O quadro teórico de Anwar e Graham (2022) permite visualizar estas mulheres como utilizadoras, reconfiguradoras e coprodutoras de práticas digitais que, embora inovadoras, operam num contexto de desigualdade estrutural. Considerando a complexidade das práticas económicas informais e a sua invisibilidade institucional, importa agora descrever o percurso metodológico deste artigo. Seguidamente, no ponto 2, detalharemos a aplicação da pesquisa documental e os critérios de análise que serviram de suporte à investigação.

II-MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo assume uma natureza teórica e conceptual, fundamentada na pesquisa documental e na revisão sistemática de literatura. Esta opção metodológica

justifica-se pela adequação do método de estudo a fenómenos sociais complexos, com base em fontes estáveis que não sofreram interferência direta do investigador (Sá-Silva et al., 2009). O objetivo central não reside na medição empírica de comportamentos individuais, mas na análise de como a digitalização, a informalidade versus a formalidade económica e a desigualdade estrutural entre mulheres e homens se articulam no contexto angolano. Trata-se de um exercício de interpretação crítica que combina dados estatísticos e literatura especializada, com o objetivo de identificar regularidades e limites da apropriação tecnológica em cenários de disparidade social. A seleção das fontes foi orientada por três eixos analíticos fundamentais: a situação socioeconómica de mulheres e homens na economia informal angolana, com foco no trabalho feminino e no acesso ao crédito; as dinâmicas de digitalização e adoção de inteligência artificial em África; e os quadros teóricos do feminismo africano decolonial e da economia política digital. Conforme sugere Bowen (2009), a análise documental permite organizar as informações em categorias que conferem sentido aos dados brutos, facilitando a compreensão das tensões entre a agência individual e as barreiras institucionais. A análise documental privilegiou relatórios publicados entre 2018 e 2025, que integraram indicadores de diversos organismos internacionais de referência. Foram consultados dados do Banco Mundial (2025) sobre transformação digital e os indicadores da União Internacional das Telecomunicações (ITU, 2024) relativos ao desenvolvimento das TIC. A fundamentação estatística foi complementada pela DataReportal (2024), que oferece o panorama do uso da Internet em Angola, e pela

UNCTAD (2024), que analisa as tendências da economia digital. Adicionalmente, integraram-se perspectivas do FMI (2024) sobre as disparidades entre mulheres e homens no emprego informal. Este cruzamento de variáveis permite que a análise não se limite a descrever tendências isoladas, mas sim procure compreender como os números se articulam com a organização do trabalho e com a distribuição desigual de reconhecimento institucional. Mais do que uma reunião de dados dispersos, a metodologia aqui aplicada foca-se na identificação de padrões que evidenciam que a visibilidade tecnológica não se traduz, inerentemente, em mudança estrutural no poder económico das mulheres angolanas. Do ponto de vista interpretativo, a análise adota uma perspectiva decolonial, o que implica que os dados não sejam interpretados como evidências neutras, mas sim como produtos de enquadramentos institucionais e epistemológicos específicos. Em vez de assumir a adequação automática das categorias dominantes de emprego, inclusão ou produtividade do contexto angolano, o artigo interroga a sua aplicabilidade e os seus limites, alinhando-se à crítica de Oyěwùmí (1997) sobre a imposição de métricas universais a realidades locais. Em cenários de elevada informalidade, os indicadores convencionais captam apenas uma fração da realidade económica, omitindo formas de trabalho, circulação e confiança que estruturam o quotidiano da maioria das mulheres. Assim, por exemplo, uma limitação central do estudo reside na escassez de dados desagregados por sexo relativos à digitalização em Angola. Esta ausência transcende a mera disponibilidade estatística, configurando-se como uma “invisibilidade colonial” que obscurece as práticas

económicas de mulheres e homens e dificulta a avaliação do impacto tecnológico nas suas trajetórias. Simultaneamente, tal lacuna reforça o argumento central desta investigação: a ausência de métricas contribui para a falta de reconhecimento institucional, impedindo que tais realidades integrem políticas públicas substantivas. É precisamente esta tensão entre visibilidade, medição e reconhecimento que orienta a discussão dos resultados apresentada na secção seguinte.

III-RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados evidenciam que a digitalização em Angola aumenta a eficiência das mulheres no setor informal, sem, contudo, desconstruir as bases estruturais da sua exclusão económica. Trata-se de uma desigualdade de capacidades que antecede as tecnologias de informação e comunicação e permanece resiliente. Como postulado por Ogundipe-Leslie (1994), a carência de instrução formal e de recursos económicos continua a ditar os limites da inclusão digital, reafirmando que a tecnologia, por si só, não resolve as disparidades sociopolíticas profundamente enraizadas. No plano da educação e da literacia, os dados mostram uma assimetria persistente. Em Angola, os dados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS, como citado no Banco Mundial, 2025), indicam que 62% dos homens concluíram o ensino primário, face a 42% das mulheres, o que indica uma base de desigualdade que influencia diretamente a capacidade de apropriação das tecnologias e de navegação nos espaços digitais. A esta assimetria junta-se o dado da ITU (2024), segundo o qual o índice de paridade no acesso à Internet em África situava-se em 0,78, um valor significativamente inferior à média



global de 0,94. Esta estagnação contrasta com a tendência de convergência mundial, o que evidencia que o fosso digital africano permanece resiliente. Em Angola, apenas 42,2% dos utilizadores do Facebook são mulheres, face a 57,8% de homens (DataReportal, 2024), o que confirma que a presença feminina nos espaços digitais é travada por desigualdades na escolaridade, no tempo disponível e nos recursos materiais. Quando cruzados com a pobreza multidimensional, estes indicadores revelam que a exclusão digital é uma manifestação da desigualdade territorial. Para uma mulher com menor escolaridade e elevada carga de trabalho doméstico, o acesso técnico não produz automaticamente autonomia; frequentemente resulta numa utilização intermitente e dependente. Esta realidade estende-se aos serviços financeiros. O Banco Mundial (2025) assinala que as mulheres angolanas são particularmente afetadas pela falta de acesso ao crédito e à poupança digital, com níveis de inclusão inferiores à média regional. A digitalização financeira, nestes moldes, tende a reorganizar a exclusão segundo critérios algorítmicos que continuam a exigir uma formalização institucional incompatível com as trajetórias da informalidade. Apesar dessas limitações, a agência feminina manifesta-se por meio de processos de adaptação estratégica. Iniciativas emergentes, como soluções de inteligência artificial acessíveis via SMS desenvolvidas por operadores móveis em Angola, ilustram tentativas de adaptação tecnológica a contextos de baixa conectividade. Da mesma forma, o Mobile Money tem permitido a gestão de pequenos ciclos de transação, embora o seu impacto permaneça limitado pela persistente recusa do sistema bancário formal em reconhecer a

atividade informal como prova de solvência. Como resultado, a tecnologia otimiza a operacionalidade, mas não altera a posição estrutural das utilizadoras. O caso das zungueiras ilustra este paradoxo. Ao utilizarem redes digitais para coordenar vendas ou registar abusos, estas mulheres expandem a sua capacidade de resposta no quotidiano (Nnaemeka, 2004). Contudo, tal expansão ocorre num quadro de repressão e de ausência de reconhecimento legal. A incorporação tecnológica aumenta a resiliência da economia informal, mas não assegura uma transição para formas protegidas de inserção económica. Conforme teorizam Anwar e Graham (2022), a integração digital tende a ocorrer em condições de desigualdade, nas quais o trabalho é central, mas permanece vulnerável à extração de valor. Em Angola, a digitalização da economia informal muitas vezes apenas reorganiza a precariedade em novas plataformas, conferindo-lhe visibilidade técnica sem resolver a fragilidade social. Nesta perspetiva, surge a crítica de Oyěwùmí (1997), revelando-se fundamental: a invisibilidade das mulheres deriva de sistemas de classificação que não reconhecem a gramática económica das redes de confiança. A “invisibilidade algorítmica” não é acidental, mas estrutural; um sistema desenhado segundo parâmetros ocidentais de formalidade é incapaz de reconhecer a fiabilidade de uma zungueira que opera fora do circuito bancário. Esta tensão entre eficiência técnica e imobilidade institucional constitui o cerne do paradoxo identificado: a digitalização amplia a ação, mas não redesenha as “regras do jogo”. Assim, podemos constatar que os dados analisados permitem identificar um padrão consistente: a digitalização aumenta a eficiência das

práticas económicas sem alterar as condições estruturais de exclusão.

CONCLUSÃO

O presente artigo procurou analisar em que medida a digitalização contribui para a transformação do poder económico das mulheres angolanas. A análise desenvolvida evidencia que, embora as ferramentas digitais ampliem a capacidade de organização, comunicação e circulação económica, estes ganhos permanecem, em grande medida, circunscritos ao plano operacional. Os dados e a literatura analisada sugerem que a digitalização, por si só, não altera as condições estruturais que definem o acesso ao crédito, à proteção social e ao reconhecimento institucional. Neste sentido, o processo em curso tende a reforçar uma lógica de eficiência sem transformação, na qual as práticas económicas existentes tornam-se mais ágeis, sem que as suas bases estruturais sejam significativamente modificadas. Os quadros teóricos mobilizados permitem aprofundar esta leitura. O Nego-feminism evidencia a capacidade de negociação e de adaptação das mulheres em contextos de restrição, enquanto o Stiwanism sublinha a necessidade de uma transformação estrutural para além da mera integração funcional. Por sua vez, a crítica de Oyěwùmí permite compreender como os sistemas digitais podem reproduzir critérios de reconhecimento que não captam formas económicas baseadas em redes de confiança. Estes resultados sugerem que o impacto da digitalização depende menos da sua difusão tecnológica e mais da capacidade dos sistemas institucionais de reconhecer e integrar práticas económicas já existentes. Assim, políticas centradas exclusivamente na expansão do acesso digital tendem a ser

insuficientes se não forem acompanhadas de uma revisão dos critérios que definem o reconhecimento económico. Em última análise, o desafio não reside apenas em tornar a economia mais digital, mas em assegurar que os processos de digitalização não reproduzem, em formato tecnológico, formas pré-existent de exclusão. A questão central não é se as mulheres angolanas participam na economia digital, mas em que condições essa participação é reconhecida e valorizada.

Nota Final: O presente artigo foi redigido com base no Novo Acordo Ortográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- African Development Bank. (2024). *Angola's economic outlook 2024*. AfDB. <https://www.afdb.org/en/countries/south-ern-africa/angola/angola-economic-outlook>
- Anwar, M. A., & Graham, M. (2022). *The digital continent: Placing Africa in global network capitalism*. Oxford University Press.
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- Buolamwini, J., & Gebru, T. (2018). Gender shades: Intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. *Proceedings of Machine Learning Research*, 81, 77–91.
- DataReportal. (2024). *Digital 2024: Angola*. <https://datareportal.com/reports/digital-2024-angola>
- Heeks, R. (2018). *Information and communication technology for development (ICT4D)*. Routledge.
- Heeks, R. (2022). Digital inequality beyond the digital divide: Conceptualizing adverse digital incorporation in the Global South. *Information Technology for Development*, 28(4), 688–704.



<https://doi.org/10.1080/02681102.2022.2068492>

Instituto Nacional de Estatística de Angola. (2025). *Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2023–2024 (IIMS 2023–2024)*. INE/MINSA.

<https://ine.gov.ao>

International Telecommunication Union. (2024). *Facts and figures 2024: The gender digital divide*. ITU. <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/facts/default.aspx>

Lopes, C. M. (2006). *Candongueiros, kingiolas, roboteiros e zungueiros: Uma digressão pela economia informal de Luanda*. Edições Mulemba.

Meagher, K. (2010). *Identity economics: Social networks and the informal economy in Nigeria*. James Currey.

Nnaemeka, O. (2004). Nego-feminism: Theorizing, practicing, and pruning Africa's way. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 29(2), 357–385. <https://doi.org/10.1086/378553>

Ogundipe-Leslie, M. (1994). *Re-creating ourselves: African women & critical transformations*. Africa World Press.

Oyěwùmí, O. (1997). *The invention of women: Making an African sense of western gender discourses*. University of Minnesota Press.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2025). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2025: Uma questão de escolha. Pessoas e possibilidades na era da inteligência artificial*. PNUD.

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1–15.

Scott, J. C. (1985). *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. Yale University Press.

Selwyn, N. (2019). *What is digital sociology?* Polity Press.

World Bank Group. (2025). *Angola economic update: Digital transformation for inclusive growth*. World Bank